

Mídias sociais e política: os partidos no Facebook

Roberto Bitencourt da Silva

Apresentação

O uso das mídias sociais com finalidades políticas tem suscitado a produção de inúmeros estudos, que procuram identificar características e implicações inovadoras no comportamento coletivo. Malgrado a multiplicidade de análises, não revelam expressão, ainda, trabalhos que se dediquem a observar a inserção dos partidos políticos nas *webpáginas*. Apesar de representar um dos principais agentes coletivos que protagonizam a democracia contemporânea, carecem estudos sobre o perfil do comportamento dos partidos brasileiros nas mídias sociais, assim como dos usuários das suas páginas. Nesse sentido, o artigo toma como objeto de análise as *webpáginas* do Partido dos Trabalhadores, do Partido Socialismo e Liberdade e do Partido da Social Democracia Brasileira no Facebook. Como recorte, procuramos identificar alguns traços dos comportamentos apresentados pelos partidos – e na mídia social em foco, também dos seus usuários – em face de um fenômeno político já considerado uma das maiores manifestações de massas da história republicana do país: as jornadas de junho de 2013.

As jornadas denotaram um saliente caráter apartidário. Não raro, revelaram expressões antipartidárias. Elas questionaram frontalmente a credibilidade das instituições representativas, particularmente dos partidos. Guardaram substantiva sintonia com o ideal da democracia participativa. Como os partidos interpretaram tal fenômeno? Como se comportaram em relação às jornadas? Como os usuários das páginas dos partidos no Facebook posicionaram-se e avaliaram as jornadas? Essas são questões que o artigo pretende responder. Assim, consiste no propósito

geral do trabalho refletir sobre os usos de um recente instrumento de comunicação mobilizado pelos partidos: as mídias sociais.

Partidos políticos e ciberativismo

Os partidos políticos, em maior ou menor grau, apresentam a tendência à centralização decisória interna, por conta das preocupações organizacionais de conquista, exercício e preservação do poder (Duverger, 1970). É comum uma perda de força da motivação ideológica inicial do partido no curso do seu itinerário, pelos mesmos motivos. O pragmatismo e a flexibilidade aos tempos tendem a ganhar primazia, salvo as exceções de praxe. O desapossamento de poder decisório dos representados/eleitores – sejam simpatizantes exteriores ao organismo partidário, sejam os seus militantes –, prevalece em face dos partidos e dos seus dirigentes. Ademais, os partidos canalizam e modelam a opinião política (Duverger, 1970). Desempenham uma atividade pedagógica, politicamente formativa, no seio da sociedade civil (Gramsci, 1995). Em perspectiva histórica, também essa dimensão, a qual podemos classificar como educativa, é relevante ser considerada nas atividades dos partidos (Silva, 2011). Não é demasiado argumentar que ela tem sido deslocada para o segundo plano, na arena política nacional, pela prioridade concedida aos ganhos eleitorais e à ocupação de postos governamentais.

Considerável poder de autoria na construção da agenda pública fica ao encargo político-institucional dos partidos: uma nuance importante da história da democracia representativa, que conta com os partidos como um dos seus pilares de funcionamento. Na contemporaneidade, a cultura política ocidental tendeu e tende a associar a democracia à competição partidária e eleitoral, com as esperanças das maiorias depositadas nessas organizações políticas coletivas. Portanto, o que os partidos políticos têm feito com o poder há tempos na sociedade brasileira e alhures, vem proporcionando severas críticas à sua atuação, assim como algumas contestações até mesmo à sua validade nos dias de hoje, enquanto organismos de representação da vontade popular (Fonseca, 2011-2012). O habitual distanciamento entre a propaganda e o programa partidário em relação às efetivas iniciativas encetadas pelos partidos tem redundado em elevada desconfiança junto à sociedade civil. Vem há anos promovendo questionamentos à legitimidade da democracia representativa, é claro, não apenas no Brasil.

Um fator oriundo da ambiência externa aos partidos também incide decisivamente para o enfraquecimento da sua credibilidade: trata-se da mediação do poder (Castro, 2006). O modo como os meios massivos de comunicação abordam a cena política tende a revelar um profundo compromisso com a sua espetacularização. O tema da moralidade pública é explorado às náuseas pelo noticiário, contribuindo para a consolidação da imagem de instituições políticas empedernidamente cor-

ruptas (Castells, 2009; Lima, 2013). O enfoque jornalístico tende ainda a recair nas performances dos líderes, nas suas trucas cotidianas, esvaziando o debate público sobre as questões propriamente políticas. Logo, fica reforçado o poder partidário das lideranças, colaborando, em boa medida, para a conversão dos partidos em meras máquinas eleitorais (Lefebvre, 2011).

Em meio a esse cenário político – marcado por décadas de supressão dos direitos sociais, como também pela expansão das fronteiras do princípio da mercantilização, na esteira da hegemonia neoliberal¹ –, em diferentes latitudes, novas modalidades de participação política têm sido exploradas pela cidadania. Sobretudo pelos jovens, com base no uso das plataformas técnicas digitais. Ganha espaço o *ciberativismo*: uma expressão do uso politizado da tecnologia, que revela potencialidades de envolvimento políticos mais participativos e horizontalizados, em comparação ao modelo partidário de participação e representação política. Toret (2012: 138) classifica a esse incipiente perfil de ativismo como *tecnopolítica*, isto é, a “articulação entre uso estratégico das tecnologias de comunicação (para a ação) e organização coletiva”. Gestar e proliferar a condição autoral de “prosumidores”, ou seja, sujeitos que “cumprem funções de produtores e consumidores” de ideias, informações e mensagens políticas (Slimivich, 2012: 138), participando ativamente dos circuitos da informação e da intervenção política, consistem frutos plausíveis do *ciberativismo*.

O ideal da democracia participativa aparece no horizonte do *ciberativismo*. Segundo Castells (2009: 451), em virtude do uso das redes digitais “como *ágora* global de deliberação, sem submeter-se a nenhuma das formas de burocracia” – como os partidos – “que surgem dos mecanismos de delegação do poder”. Com efeito, a gramática adotada pela *blogueira* Lina Ben Mhenni, ativista da revolução tunisiana, pode ser considerada emblemática. Isso no tocante à concepção democrática que tende a tipificar a percepção dos cidadãos, envolvidos com experiências políticas que operam com as técnicas digitais, em múltiplas latitudes do globo: ideal de uma democracia “sem chefes, em que todos participem na tomada de decisões” (Mhenni, 2011: 59).

Detentoras das características sublinhadas, e de tantas outras que ultrapassam os limites do trabalho, surpreendentes manifestações globais de mobilização e de participação política têm proliferado, tais como: a Primavera Árabe, sobretudo as insurreições populares na Tunísia e no Egito; nos Estados Unidos, o movimento Occupy; e, na Espanha, o #15M organizado pelo movimento Democracia Real ¡YA!. Uma temática que subjaz a esses diferentes movimentos sociais *ciberativistas* é a crise da representação e da intermediação política das instituições consolidadas. Um fenômeno marcado por críticas e desafios impostos pela cidadania aos regimes autoritários e à própria democracia representativa (Daibert e Ferreira, 2012: 93). O ideal rousseauiano do exercício da soberania popular, por meio da participação política sistemática, alcança um fôlego renovado, com práticas políticas que potencializam

o horizonte de uma *e-democracia*. O *ciberativismo* – e o seu corolário, a democracia digital – guarda o potencial de ampliação do monitoramento sobre o poder, por conta de um empoderamento político dos indivíduos e de recursos técnicos favoráveis às práticas da deliberação pública dilatada (Carreiro, 2012: 114).

Por outro lado, não se pode deixar de destacar limitações e riscos latentes nesses movimentos sociais, horizontalizados, apoiados no uso sistemático das plataformas digitais e destituídos de vinculação partidária. Uma limitação, oportunamente ressaltada por Zizek (2012: 16), refere-se à necessidade de um programa construtivo de ação política, para além da debilitação das autoridades e das críticas à ordem social. Em tal processo político construtivo, inevitavelmente, os partidos têm contribuições a oferecer. No que compete propriamente a um risco, a possibilidade de comunicação direta, via *webmídias*, entre cidadãos e representantes pode incidir em reforço do notório personalismo político brasileiro. No extremo, guarda a latente virtualidade de suscitar atitudes de sabor fascista, com o eventual desprezo pelas instituições políticas intermediárias (Kang, 2012). As virtudes e os riscos potenciais incidiram nas jornadas brasileiras.

As jornadas: a cidadania vai às ruas no Brasil

Tomando como referência as experiências das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, podemos sublinhar que a dinâmica das intensas manifestações nas ruas, ocorridas em junho de 2013, apresentou dois momentos distintos, assim como características singularmente diferentes. O primeiro marco temporal pode ser destacado entre os dias 6 e 16 de junho. O segundo desenrolou-se a partir do dia 17 de junho, revelando substantiva força e espraiamento por múltiplas cidades do país até o final do mês. O evento catalisador da onda de protestos consistiu nas críticas ao aumento das tarifas de ônibus e à má qualidade dos transportes públicos, envolvendo principalmente a juventude estudantil. Esse foi o foco e a origem dos protestos que marcou a primeira onda das jornadas de junho. O viés apartidário – mas, não antipartidário –, do Movimento Passe Livre, em São Paulo, e do Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem, no Rio de Janeiro, foi preconizado em não poucas oportunidades durante o curso das manifestações. Mobilizando os dispositivos técnicos digitais, as convocações feitas para a participação cidadã nos atos, por meio da internet, escaparam da percepção das instituições que, nas últimas décadas, têm protagonizado a democracia representativa brasileira, como a maioria absoluta dos partidos políticos. Os meios massivos de comunicação também não deixaram de revelar incompreensões e estranhamento em face da emergência das manifestações.

Inicialmente a mídia tradicional abordou as manifestações sob um enfoque nitidamente demeritório, classificando aos manifestantes como “vândalos”. Na seara política institucional, o posicionamento não era muito diferente. Contudo, as cenas

chocantes de selvageria repressiva das Polícias Militares contra os jovens, veiculadas pelas grandes empresas de comunicação, tenderam a gerar uma ambiência de solidariedade por parte da população com os ativistas. Adicionalmente, no dia 15/6/2013, a presidente Dilma Roussef recebeu estridentes vaias no estádio nacional Mané Garrincha – em jogo da Seleção Brasileira de Futebol, na Copa das Confederações, em Brasília. A combinação destas circunstâncias, associadas ao fato de que *grossa* parte dos manifestantes pertencia aos estratos sociais medianos, suscitou uma inflexão na abordagem dos principais veículos de comunicação. Nesse sentido, seguimos a avaliação oferecida por Secco (2013: 74): “Acompanhando seu mercado, a direita midiática se viu forçada a apoiar os manifestantes – mas com sua própria pauta”.

Apelando à temática da corrupção, exaltando o desfraldamento da bandeira nacional e denotando um enviesamento antipartidos – sobretudo os identificados com a esquerda –, os maiores veículos de comunicação nacional contribuíram para a conversão dos protestos iniciais, que contavam com poucos milhares de manifestantes, em verdadeiros movimentos de massas. Centenas de milhares de manifestantes foram às ruas, entre os dias 17 e 22 de junho. Nessa segunda onda dos protestos o renitente grito “Sem partidos!” ecoava nas ruas. A presidente da República, os governadores, prefeitos, parlamentares, situados em distintas posições do espectro político-partidário, enfim, todo o sistema político era submetido a corrosivos questionamentos.

Em que pesem eventuais limitações políticas das jornadas, não é demasiado frisar que elas traduziram uma “política dos cidadãos” pelo bem comum, norteadas por uma “subjetividade que não se esgota nos partidos políticos” (cf. Nogueira, 2004). Por conta das ações populares que transcenderam aos contornos delimitados pela institucionalidade representativa-democrática, as jornadas não deixaram de revelar significativa relação com o ideal da democracia participativa.

As jornadas no Facebook: como o PSDB, o PT e o PSOL assimilaram?

O estudo de caso visa a mapear o perfil de assimilação das jornadas por partidos que abrangem o alinhamento direita/esquerda do sistema partidário brasileiro. Operando com o marco teórico de Bobbio (2001), não nos parece desrazoável identificar o PSDB como partido representativo da direita, o PSOL da esquerda e o PT localizado em algum ponto médio entre aqueles.² Como os partidos comportaram-se em relação aos protestos? Quais os significados atribuídos? Essas são algumas indagações centrais, que têm por mote observar o posicionamento dos partidos em relação à dimensão participativa da democracia, manifestada pelas jornadas.

O recorte temporal explorado consiste no período de 1/6/2013 a 30/6/2013. O objeto de estudo consiste nas páginas institucionais do PSOL, do PT e do PSDB, mantidas em uma mídia social que tem alcançado ampla difusão entre os usuários das

webpáginas: o Facebook, que conta com cerca de 70 milhões de usuários no Brasil.³ A arquitetura dessa mídia social permite um dinâmico intercâmbio dialógico entre emissores e receptores das mensagens. A natureza da interação fica sujeita, contudo, às experiências e escolhas dos usuários e ao universo cultural em que eles se inserem.

A análise mobiliza como fontes de investigação as postagens (notícias, textos, vídeos, imagens) veiculadas pelos emissores das informações, assim como os comentários feitos pelos usuários das páginas.⁴ O estudo da emissão das informações permite identificar, parcialmente, as atitudes, as avaliações e os valores espousados pelos partidos no tocante à expressão de exercício da democracia participativa revelada pelas jornadas de junho. Ademais, reflexões sobre os comentários registrados pelos internautas nas páginas da mídia social, guardam um potencial de análise acerca do perfil da interlocução em vigor, entre os usuários e os partidos. Isso propicia o mapeamento dos padrões da recepção das mensagens, sob dois ângulos: de um lado, a relação de reciprocidade entre os usuários e o responsável pela página eletrônica. Essa nuance é relevante, no sentido em que permite identificar aspectos do compartilhamento de ideias, crenças e comportamentos. Um imaginário político comungado pelos partidos e por seus adeptos (Ferreira, 1997).

De outro lado, a abertura a manifestações de crítica e a proposições engendradas pela recepção ativa do usuário. Um fenômeno que as mídias sociais, como Twitter e Facebook, põem em evidência. Na esteira dos estudos de Certeau (2009) e Chartier (1991), que abordam expressões de comunicação tradicionais, podemos argumentar que a relação emissor/receptor das mensagens implica em considerar a margem de liberdade criativa dos receptores. As eventuais intenções do produtor de bens simbólicos (ideias, imagens, notícias etc.), podem deixar de atingir o sentido esperado, na medida em que os sujeitos da recepção “assimilam” a esses bens em conformidade com as suas experiências peculiares de vida, as suas visões de mundo, processando-os com variável grau de inventividade.⁵

Quanto ao método explorado, valemo-nos, simultaneamente, de recursos de análises quantitativa e qualitativa. Em função da miríade de discursos/comentários identificados na pesquisa, um exercício de categorização e de quantificação foi operacionalizado.⁶ Isso possibilita a tecitura de um panorâmico quadro das ideias e dos comportamentos apresentados pelos partidos e por seus usuários, nesse incipiente instrumento de comunicação. Sem deixar de considerar os problemas implicados na fragmentação dos discursos escritos – que não se sujeitam a uma delimitação precisa, não possuem uma “medida espacial exata” –, acompanhamos critério simples, mas decisivo, mobilizado por Carvalho (2010: 43), para a nossa categorização: adotar, na análise da emissão e da recepção das mensagens, a pergunta prévia: “de que se fala?”.

Tendo em vista a compreensão dos sentidos dos discursos, importa assinalar que pressupostos da análise do discurso também norteiam o trabalho, na medida em que concebemos o discurso como prática apoiada na ambiência social (Silva; Costa,

2010). Nuanças sociais atravessam as ideias, os argumentos, transcendendo a idealização subjetiva da exclusividade inventiva do autor do registro escrito. O discurso somente adquire sentido no interior de um universo de outros discursos. Portanto, “para interpretar um enunciado, é preciso colocá-lo em relação com todos os tipos de outros, que se comentam, parodiam, citam” (Charaudeau e Mangueneau, 2004: 172). Os enunciados e os temas verificados nas *webpáginas* dos partidos, assim como os comentários dos usuários, integram formações discursivas peculiares. Compõem um universo de valores, experiências e interesses, relacionados aos partidos e às contingências da trama de círculos mais amplos de sociabilidade.

Vejam os alguns traços gerais dos perfis das *webpáginas*, levando em conta informações fornecidas pela própria administração do Facebook.⁷ Em agosto de 2013, o PT possuía um total aproximado de 38.000 seguidores. O PSOL apresentava pouco mais de 2.000 usuários e o PSDB atingia algo em torno de 26.000 seguidores. Majoritariamente, os usuários das *webpáginas* do PT e do PSDB eram residentes na cidade de São Paulo, enquanto os do PSOL residiam no Rio de Janeiro. PT e PSDB revelavam outra convergência: seus seguidores possuíam idade mais avançada que os usuários da página psolista. Prevalcia na página petista a faixa etária de 25 a 34 anos de idade e na do PSDB usuários de 18 a 34 anos de idade. Enquanto isso, na página do PSOL os usuários apresentavam idade inferior, entre 18 e 24 anos. As *webpáginas* do PSDB e do PT eram mantidas pelos departamentos de comunicação dos partidos. Já a página do PSOL no Facebook era administrada pela secretaria geral, um órgão político da organização partidária. As *webpáginas* dos partidos foram criadas nas datas que se seguem: PSOL, a primeira a ser criada, em 27/7/2010. PT, em 7/4/2011. PSDB, em 3/11/2011.

Os dados disponíveis favorecem a percepção de determinados aspectos elucidativos sobre os circunstanciais apelos das *webpáginas* junto ao público. Particularmente, salta aos olhos o fato de que as páginas institucionais dos partidos revelavam um baixo número potencial de seguidores. As legendas possuem líderes de expressão que detém números equivalentes – ou mesmo superiores –, em suas respectivas páginas pessoais, aos dos próprios partidos que integram.⁸ Como a cultura molda o uso da técnica (Simondon, 2007), as informações em tela tendem a refletir, no ambiente virtual, uma provável reprodução do consagrado personalismo político brasileiro, tipificado por um esquema identitário que privilegia os líderes, secundarizando os organismos partidários.

Os partidos políticos submetidos à análise revelaram uma peculiar característica: no intervalo de tempo selecionado, as suas páginas no Facebook demonstraram ser preponderantemente acompanhadas por adeptos (simpatizantes e militantes, filiados ou não). Eram os usuários que comungavam os valores, as perspectivas e as iniciativas dos partidos, que, via de regra, integravam as suas comunidades virtuais. Os dados identificados no conjunto das postagens veiculadas pelas *webpáginas* são

sobretudo ilustrativos. Somando os comentários favoráveis às publicações (notícias, imagens, textos e vídeos) aos registros da opção Curtir (ícone que se encontra abaixo de cada postagem em uma publicação no Facebook) – que denota uma espécie de concordância passiva com o conteúdo da mensagem veiculada pelo emissor –, encontramos um nível de interação favorável à comunicação do PT que atingia 96% de manifestações dos internautas. Igualmente expressivas, as páginas eletrônicas do PSDB alcançava o total de 95% e a do PSOL 98% de interações positivas dos seus usuários. Importa observar que a natureza da interlocução era marcada por um nulo diálogo de “mão dupla” entre os responsáveis pelas páginas e os usuários. Aqueles emitiam as notícias, mas não respondiam às observações dos usuários. As *webmídias* em questão tendiam a configurar-se em instrumentos verticalizados de comunicação perante o público, distinguindo-se de outras modalidades de usos mais dialógicos e horizontalizados, encontrados inclusive em demais páginas do próprio Facebook.

Posto isso, estritamente no tocante à emissão das notícias das páginas dos partidos, durante o período de 1/6 a 30/6/2013, vejamos os gráficos a seguir.

Gráfico 1
PSDB: natureza das postagens (01/06/2013 a 30/06/2013), números percentuais

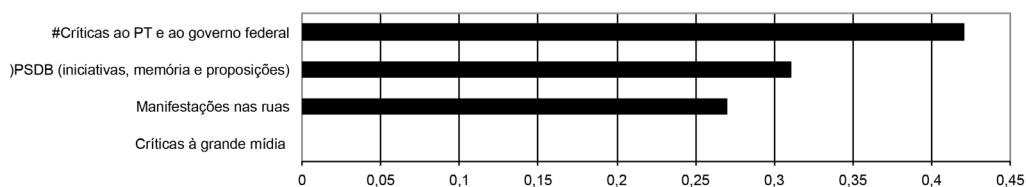


Gráfico 2
PT: natureza das postagens (01/06/2013 a 30/06/2013), números percentuais

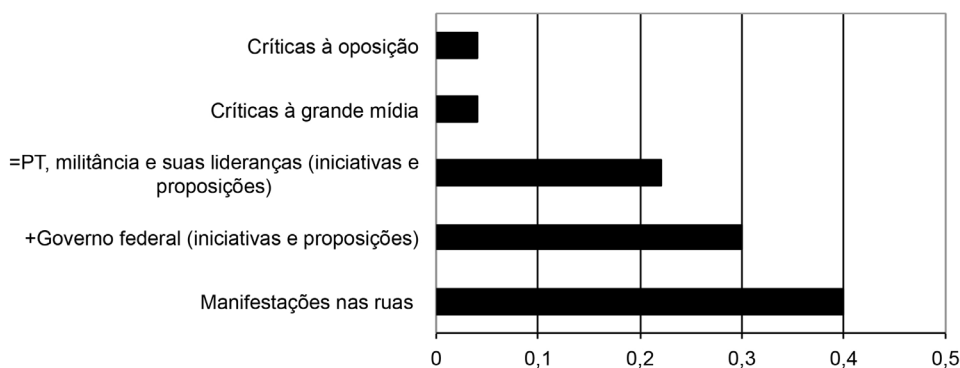
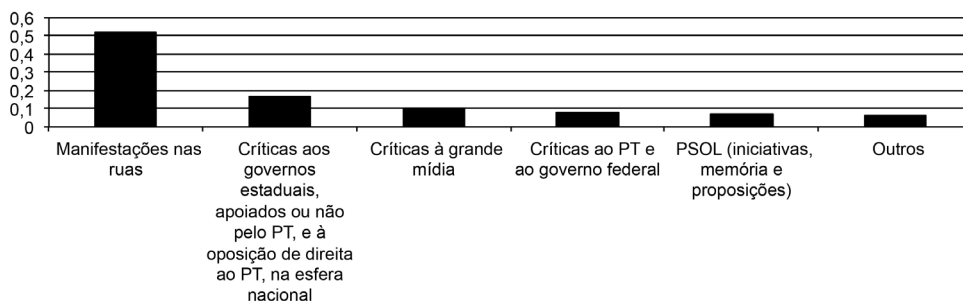


Gráfico 3
PSOL: natureza das postagens (01/06/2013 a 30/06/2013), números percentuais



O recorte selecionado para o estudo é a abordagem sobre as manifestações de rua. Incluímos na pesquisa a busca por menções *críticas à grande mídia*, nas publicações, por corresponder a uma das mais marcantes questões que singularizou a voz e a ação das ruas na onda de protestos. Sobre o assunto, encontramos apenas uma referência publicada pela página do PT, que não dizia respeito a um questionamento aos contornos institucionais e organizativos dos meios de comunicação. Tratava-se da veiculação de nota emitida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contra “afirmações a ele atribuídas pela *Folha de S. Paulo*” (28/06). Também não encontramos qualquer referência na página do PSDB. Por conseguinte, um sinal plausível de posição acomodatória de ambos os partidos em relação ao perfil da produção jornalística e cultural dos meios massivos de comunicação do país. Um posicionamento que destoava, ponderavelmente, de um importante tema reverberado por milhares de manifestantes em junho de 2013. Por oposição, no que concerne ao PSOL, foram identificados 10% de notícias acerca do tema, em que se problematizavam as abordagens jornalísticas da grande mídia e a concentração empresarial no setor das comunicações.

Três tipos de informações ganharam substantivo espaço nas publicações petistas: *PT, militância e suas lideranças (iniciativas e proposições)*; *governo federal (iniciativas e proposições)*; e *manifestações nas ruas*. Sem a intenção de ultrapassar o escopo do trabalho, cumpre, contudo, frisar que, com 52% de incidências em suas postagens, as iniciativas encetadas pelo partido, por seus líderes e militantes, bem como pelo governo federal, conformaram a principal mensagem veiculada pelo PT, no período. Com pouca atenção destinada a fazer *críticas à oposição* (apenas 4% das publicações analisadas), as mensagens petistas tendiam a ser autorreferenciadas, importando potencialmente na criação de uma identidade partidária que se retroalimenta, secundarizando apelos a algum elemento antagônico ao partido. Conforme perspectiva de Hall (2004: 23-46), a identidade dos sujeitos, individuais ou coletivos, tende a ser construída por meio

da diferença, do “outro”. Assim, na *webmídia* em foco não foi possível identificar maior mobilização desse recurso antagônico pela retórica do partido. Talvez esse fenômeno possa ser atribuído à ampla gama de alianças políticas construídas pelo partido nos últimos anos, resultando em amortecimento de antagonismos. Virtualmente levando ao PT à condição de um partido *catch-all* (“partido-ônibus”, que carrega uma multiplicidade de atores, propostas e valores políticos), para usar uma expressão mobilizada por Mainwaring (2001).

Em relação ao PSDB, duas ordens de publicações alcançaram substantivo espaço: de um lado, *a memória do partido e as iniciativas e proposições das suas lideranças*. De outro, *críticas desferidas ao PT e ao governo federal*. Com mais de 40% de incidências em suas postagens, o questionamento sistemático feito ao PT e ao governo federal representava a mais importante mensagem veiculada pelo PSDB. O antipetismo parecia consistir em relevante componente identitário para o partido.

Para o que nos interessa em especial, se vê que as *manifestações nas ruas* conformaram pouco mais de 25% das mensagens noticiadas pela página psdbista no Facebook. Na *webpágina* do PT alcançou 40% das publicações, enquanto na do PSOL recebeu 52% das atenções no recurso midiático, durante o mês de junho de 2013. De longe, a mensagem mais importante emitida pela página do PSOL no Facebook, denotando mais preocupação em relação às ações políticas no âmbito da sociedade civil do que, propriamente, na esfera institucional do Estado. Talvez revelando a sua trajetória organizacional ainda incipiente, à temática *iniciativas, memória e proposições* foi reservada pouco espaço nas publicações do partido (7%), atrás das *críticas desferidas ao PT e ao governo federal* (8%), como também *aos governos estaduais* (17%). Números que não deixaram de ser tímidos, em comparação à ênfase dada às manifestações. Considerando ainda que o partido foi constituído após uma traumática cisão nas hostes petistas, em 2004, não é desrazoável argumentar que a *webmídia* do PSOL guardou pouco apelo crítico ao PT e ao governo federal. Essa variável pode consistir em reflexo de uma determinada encruzilhada em que se encontra o partido. Apoiando-nos na reflexão desenvolvida por Downs (2013: 148-149) – sobre partidos novos –, talvez a página do PSOL no Facebook tenha expressado nuances de um dilema entre apoiar e representar estratos do eleitorado não contemplados pelos partidos tradicionais, e, simultaneamente, influenciar os partidos estabelecidos a reorientar as suas atuações – o PT, em particular. O intenso apoio às manifestações e o zelo na crítica ao PT parecem denotar o dilema a que aludimos, igualmente traduzido pela potencial ambivalência entre ser um partido com programa, bases sociais e aspirações próprias de poder, e um organismo que age apenas como grupo de pressão sobre o sistema partidário.

Ainda no tocante às *manifestações nas ruas*, bastante significativo é o período em que as postagens foram feitas pelos partidos. Considerando um total de 10 publicações analisadas na *webpágina* do PT, cujo tema era as manifestações, nove foram

veiculadas no intervalo dos dias 17/6 a 30/6/2013.⁹ Por seu turno, no Facebook do PSDB todas as notícias sobre a onda de protestos concentraram-se no intervalo dos dias 17/6 a 30/6/2013. Acompanhando a inflexão ocorrida nas abordagens das mídias comerciais, somente a partir do dia 17/6 os dois partidos noticiaram as manifestações populares. Uma nuance que implica em um nítido distanciamento em relação às mobilizações nas ruas, na etapa inicial da onda de protestos.

Distância inicial e adaptação posterior, em sintonia com a valorização empreendida pelas corporações midiáticas aos protestos, consubstanciaram o comportamento do PT e do PSDB em face das jornadas de junho. Com base na perspectiva de Charaudeau (2009), se pode afirmar que se tratou de uma adaptação tardia das retóricas desses partidos ao contexto social mais abrangente. Por conseguinte, o PT e o PSDB demonstraram um precário manejo da dimensão partidária educativa junto à sociedade civil, delegando a capacidade de significação da agenda pública aos meios de comunicação. Operando com a abordagem de Panebianco (2005), é possível ventilar a hipótese de que os comportamentos do PT e do PSDB denotaram frágil predomínio sobre o ambiente externo, isto é, sobre as mobilizações e o seu curso. Um tipo de comportamento que favorece o reforço da “concepção publicista da opinião pública” (Carvalho, 2010: 37). Uma concepção que confere centralidade às empresas de comunicação enquanto “representantes da opinião pública”. De resto, empresas que, insistentemente, postulam o exercício de tal papel, secundarizando as instituições, como os partidos, no processo formativo da opinião. Na contramão dessa orientação, a *webpágina* do PSOL denotou ponderável equilíbrio temporal na atenção dedicada às manifestações: 47% de informações postadas até o dia 16/6 e 53%, entre os dias 17 e 30/6. Ademais, com certa frequência, o partido publicava notícias de natureza convocatória, com apelos à participação dos *cibernautas* nos protestos.

Tomando o dia 17/6 como ponto de inflexão nas páginas do Facebook mantidas por PT e PSDB, vemos que a partir desse marco temporal as jornadas foram prestigiadas. Após dias de silêncio, em 17/6 a *webmídia* petista assinalava que a “luta pelo passe livre para estudantes no sistema de transportes públicos do país e contra aumentos de tarifas é histórica no país (sic) e sempre contou com ampla participação e apoio de petistas”. Publicação do mesmo dia, feita pelo PSDB, disponibilizava texto elaborado pelo Instituto Teotônio Vilela (ITV), órgão de reflexão e de estudos políticos do partido. Uma interpretação, reproduzida abaixo, traduz a prioridade concedida pelo noticiário do partido ao tema da corrupção. Causa central e significado maior conferido pelo partido aos protestos.

De algo amorfo, vai se transformando em revolta palpável, sentida e doída na pele. Passagens caras de ônibus acabam servindo para catalisar o descontentamento com anos de catraca livre para a corrupção, a falta de ética, de

um vale-tudo pelo poder (...). O bilhete de ônibus tornou-se o passaporte de protestos mais gerais.¹⁰

Após saliente inércia do exercício de construção de uma pauta que respondesse aos manifestantes, bem como de significação dos reclamos da cidadania nas ruas, o PT procurou reagir aos fatos. Como recurso político oferecido ao atendimento parcial das demandas reverberadas pelas jornadas, após ter ventilado, em 24 de junho, o intento de estimular a criação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para empreender a reforma política, nos últimos dias do mês a presidente Dilma Rousseff (PT) afirmou o propósito de promover um plebiscito exclusivamente dedicado ao tema. Na esteira do aludido intento, segundo o senador Humberto Costa (PT-PE), em postagem de 27/6, a proposta de reforma política tinha em vista “aprofundar a democracia no Brasil”, de sorte a ampliar “a relação de transparência entre os eleitores e os eleitos”. O plebiscito, um dispositivo da democracia participativa mobilizado pelo governo federal durante as jornadas, que mirava ao acolhimento parcial dos reclamos populares pelo aperfeiçoamento das instituições políticas, foi questionado pelo PSDB. Na avaliação psdebista, publicada no Facebook, em 25/6/2013, a proposta do plebiscito expressava um “rascunho de golpe *a la* Chávez”. Fazia ainda as seguintes ponderações: “É o velho sonho juvenil do esquerdismo de implantar uma democracia direta, impondo na marra as vontades das massas, ao sabor de conveniências de momento. (...) A Constituição brasileira já prevê maneiras” de fazer a reforma política, “sempre dentro de marcos institucionais, por meio de projetos de lei, emendas constitucionais, mas o PT, claro, prefere uma saída venezuelana”.¹¹

A dimensão democrática da participação popular nos processos decisórios era rejeitada pelo PSDB, revelando um esquema de percepção que acentuava a desejabilidade de preservação do modo empiricamente consolidado do regime democrático, isto é, assentado exclusivamente nas instituições representativas. Precisamente um dos cânones políticos mais questionados nas jornadas. A abordagem do PSDB não deixava de guardar sintonias com a clássica e conservadora perspectiva de Burke (2012), por suas prevenções e críticas às “inovações políticas desconhecidas ou pouco experimentadas”. Por outro lado, com a proposta plebiscitária, o PT parecia buscar a retomada de um componente político caro à sua trajetória, mas posto para escanteio nesses anos à frente do governo federal: o incremento da participação popular.

Por seu turno, o PSOL apoiava abertamente as manifestações. Em função do evidente equilíbrio temporal na divulgação de notícias sobre os protestos, cumpre sublinhar que o partido encontrou-se bastante próximo ao foco das manifestações, por meio da sua militância, sobretudo jovem. É o que publicação do dia 10/6 talvez possa traduzir, com informação que salientava o “arbítrio da prisão de um militante do partido” em um dos protestos. Em 12/6, de maneira didática, interpelava ao usuário da sua página se ele “sabia que as conquistas de quase todos os direitos que

“você possui veio com muita luta, muitas manifestações e também com a radicalização das ações?”. Em 16 de junho, em nota oficial do partido – divulgada na *webpágina* do Facebook – era destacado o “total apoio às manifestações ocorridas em todo o Brasil contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos” e o repúdio “à violência policial que tem buscado reprimir o legítimo direito de organização e manifestação”. Com isso, se pode afirmar que o PSOL revelava no Facebook familiaridade com as ações e as demandas repercutidas nas ruas, denotando apreço à dimensão participativa da democracia, convergindo com o que foi preconizado nas jornadas.

No tocante à recepção das mensagens veiculadas pelos partidos, o perfil da interação foi tipificado por uma maioria esmagadora de usuários aderentes. Consideramos no estudo a expressão da concordância passiva com as publicações (substantiva, por sinal), por meio do recurso apresentado pelos usuários à opção Curtir. No entanto, a análise dos comentários, isto é, os registros de observações feitas pelos usuários – e que se encontram no dispositivo de interação do Facebook disponibilizado abaixo de cada publicação –, é extremamente relevante, no caso específico da reflexão sobre os partidos políticos, por duas razões: em primeiro lugar, permite identificar o processo de acolhimento e de circularidade das opiniões entre os usuários e o centro original emissor da mensagem, isto é, o partido. Em segundo lugar, favorece observar a utilização eventual das *webmídias* como ferramentas técnicas propícias a um exercício politizado de crítica, de monitoramento e de fiscalização, sobremaneira por parte dos usuários que não se enquadram na categoria dos adeptos ao partido.¹² Naturalmente, é usual que diferentes temas apareçam entrecruzados em um comentário feito pelo internauta. O exercício aqui empreendido, como acentuado, foi de separação dos temas abordados por incidência de assunto.

Ademais, nota relevante a ser feita sobre a análise atinente à recepção: a *webpágina* do PSOL no Facebook demonstrou um grau insignificante de interlocução ativa dos usuários. Em linhas gerais, ocorreram demonstrações de concordância passiva com as notícias veiculadas pelo partido – por meio do uso do recurso Curtir –, mas foi extremamente escasso o registro de comentários. Um fenômeno que contrasta com o perfil da interlocução ativa e dialógica apresentada nas *webpáginas* mantidas no Facebook por alguns destacados líderes do próprio partido, como Milton Temer (PSOL-RJ) e Marcelo Freixo (PSOL-RJ).¹³ Talvez, os poucos anos de existência do partido não possibilitam, ainda, uma identificação partidária saliente, prevalecendo, de forma latente, um padrão de comportamento político dos usuários aderentes que não escapa ao personalismo. Isso em que pese a organização partidária situar-se na esquerda do espectro político, tradicionalmente pouco afeita, no plano retórico, à subsunção do partido às personalidades individuais. Pelo motivo sublinhado, não encontramos dados que permitam uma reflexão mais densa sobre a recepção dos seguidores da *webpágina* do PSOL. Na sequência, damos prioridade aos perfis de recepção do PT e do PSDB.

Acompanhando as características das postagens do PT, também entre os usuários vemos uma baixa frequência de *críticas destinadas ao PSDB e à oposição de “direita”* (4% do conjunto de comentários analisados). Um esquema de percepção peculiar, em que a autorreferencialidade petista parecia tender a nortear a atenção sobre os negócios públicos e os fenômenos políticos. Os mesmos traços de circularidade e de reciprocidade de ideias entre partido e usuários podem ser observados no tema *críticas à grande mídia*: apenas 4% dos comentários, em sintonia com as postagens emitidas pelo partido. Demonstrações explícitas de concordância com as notícias veiculadas pela *webmídia* giraram em torno de 32% dos comentários. Não obstante, 37% dos comentários correspondiam a *críticas às postagens, ao governo federal e ao PT*, isoladamente a mais alta incidência atitudinal dos usuários comentaristas. Esse número tendia a constituir um percentual substantivo de não aderentes do partido, que utilizaram a página para tecer críticas e desempenhar um questionamento sobre as iniciativas e as ideias preconizadas pelo PT e o governo federal.

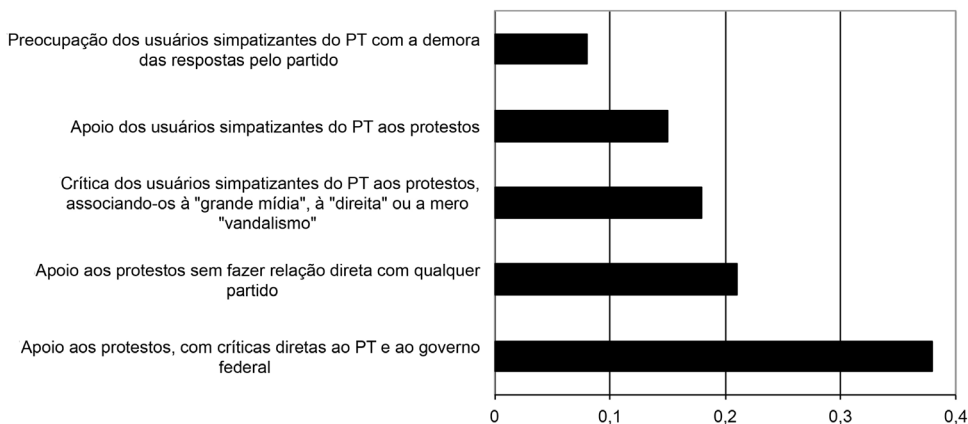
Concernente ao PSDB, também entre os comentários vemos uma elevada frequência de *críticas destinadas ao PT e ao governo federal* (25%). Somados aos comentários explicitamente *favoráveis às postagens do PSDB* (35%), ambos perfazem um total de 60% dos comentários analisados. Assim como nas postagens do partido, é possível argumentar que o antipetismo representava o principal raio de atenção dos aderentes psdebistas. A reciprocidade de ideias entre partido e usuários manifestou-se no tema *críticas à grande mídia*. Os usuários da página do PSDB, igualmente, revelavam o mesmo cômodo padrão apresentado pelo partido, no que respeita aos meios massivos de comunicação. Nesse aspecto as páginas do PT e do PSDB convergiram sobremaneira. Não obstante, 23% dos comentários correspondiam a *críticas às postagens e ao PSDB*. Esse número, inferior ao encontrado na *webpágina* do PT, tendia a constituir um percentual substantivo de não adeptos do partido.

Atinente aos *comentários sobre os protestos*, eles atingiram 17% das preocupações dos comentaristas da *webpágina* petista, em junho de 2013. As manifestações de rua na visão dos usuários que a elas se referiram estão divididas em dois intervalos de tempo. Demonstrando expressiva quantidade de comentários após o dia 17/6, com 97% de incidências, em contraste aos 3% identificados até o dia 16/6, vale frisar a estreita correlação temporal entre as postagens do PT e os comentários feitos pelos usuários. Durante o período de tempo em que imperou o silêncio na *webpágina* do partido e em que o universo dos manifestantes era classificado como “baderneiro” pelos meios massivos de comunicação, assim como por estes depreciadas as manifestações, escassa incidência teve tais fenômenos nos comentários. Eles se concentraram na segunda metade do mês (17/6/2013 a 30/6/2013). Quanto ao PSDB, a sua *webpágina* demonstrou substantivo número de comentários após o dia 17/6, com 81 incidências, em contraste aos oito (8) identificados até o dia 16/6, denotando uma ponderável convergência no tempo, entre as postagens do partido e os comentários feitos pelos usuários. Também

no que concerne aos usuários da página eletrônica psdebista, a atenção aos protestos tendeu a seguir o partido, que ficou a reboque da pauta midiática.

Acerca do perfil dos comentários tecidos pelos usuários do Facebook do PT, em relação às manifestações propriamente ditas, temos algumas opiniões refletidas no Gráfico 4.

Gráfico 4
Os comentários dos usuários sobre as manifestações na página do PT
(01/06/2013 a 30/06/2013)



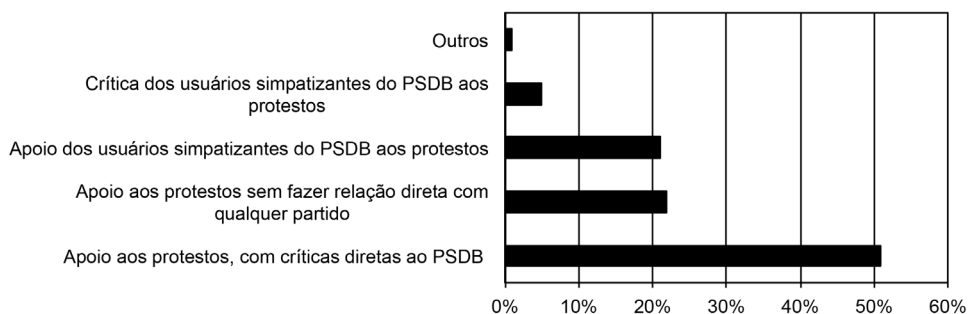
Em se tratando exclusivamente do tema, *grossa* parte dos comentários tendeu a se manifestar de forma crítica às postagens e ao próprio partido. A incidência *apoio aos protestos, com críticas diretas ao PT e ao governo federal* alcançou 38% dos registros relacionados a esse tema nos comentários. Se somarmos aos 21% que também *apoiam os protestos, mas que não faziam uma referência explícita a qualquer partido* – não raro, referindo-se a todo o sistema partidário e à classe política em seu conjunto –, temos um total de 59% de comentários referentes ao assunto, que tenderam a questionar a própria legitimidade do partido em tecer considerações sobre as manifestações de rua. Possibilidade de tratarem-se, primordialmente, de não aderentes ao partido. A expressão de revolta repercutiu com estridência na *webpágina*, como se vê em comentário realizado em resposta a uma notícia, que apresentava o apoio petista ao Movimento Passe Livre, em 17 de junho: “Não acredito que estou lendo este enunciado... O Movimento é livre”, afirmava um usuário. Em resposta à postagem de 25/6 sobre a convocação do plebiscito pela presidente da República, questionava outro usuário: “Impressionante como o PT consegue se apropriar de tudo como sendo ideia deles... A Dilma (...) foi forçada a se mexer, pelas multidões nas ruas... Multidões que vocês petistas estavam a criticar até ontem! Blá blá blá”.

Os usuários que demonstravam adesão ao partido conformaram segmento minoritário de comentaristas dos protestos, alcançando, em conjunto, o percentual

de 41%. As opiniões desses usuários foram heterogêneas e ficaram divididas. Alguns expressaram incômodos em relação ao que entendiam configurar uma *demora nas respostas do partido* (8%) e demais (15%) posicionaram-se favoravelmente às manifestações, salientando a sua legitimidade. É o caso de usuário que assim se expressou em postagem veiculada pela *webpágina*, em 17/6: “A maioria do povo está indignada com a situação em que se encontra. Realmente o Governo tem que se aproximar mais da população e solucionar os problemas”. O PT “precisa criar mais alternativas, criar mais empregos para jovens, aproximar mais da população”.

A incidência *crítica dos usuários simpatizantes do PT aos protestos* atingiu o percentual de 18% dos comentários sobre a temática *manifestações*. Foi marcada por ponderações que alegavam a emergência de um “movimento golpista e conservador”, e que teria o partido – especialmente a presidente Dilma – como alvo. Nesse sentido, respostas dos usuários a publicações veiculadas entre os dias 17 e 19/6 são bastante ilustrativas: “Cadê a mobilização para um ato pró-democracia? A direita fascista adotou o movimento passe livre. Sugiro um ato no vale do Anhangabaú para contrapor esse pessoal!”. Segundo outro usuário: “Acabamos de ouvir que foram pagos para manifestarem. (...) Investigar é bom porque saberemos que não é movimento independente”. Estritamente sob a luz dessa recepção do usuário, diferentemente de outras modalidades interpretativas identificadas, não nos parece ter ocorrido uma reciprocidade entre o emissor das informações, a *webpágina* do PT, e esse grupo de usuários, por conta da inexistência de postagens do partido que noticiassem esse último sentido atribuído às jornadas. No que compete exclusivamente aos comentários sobre os protestos na *webpágina* do PSDB, vejamos os dados dispostos abaixo, no Gráfico 5.

Gráfico 5
Os comentários dos usuários sobre as manifestações na página do PSDB (01/06/2013 a 30/06/2013)



Em se tratando unicamente do tema, absoluta maioria dos comentaristas manifestou-se de forma crítica ao partido. A incidência *apoio aos protestos, com críticas*

diretas ao PSDB alcançou 51% dos registros e 22% também *apoiavam os protestos, mas não faziam uma referência explícita a qualquer partido*, abarcando um universo de 73% de comentários que questionaram a credibilidade do partido. Possibilidade de representarem usuários que não são adeptos do PSDB. Os comentários não deixavam de expressar um sentimento revoltoso. É o que se vê em respostas a uma publicação, que destacava opinião favorável do senador Aécio Neves (PSDB-MG) aos protestos, em 17 de junho: “O Alckmin descendo o cacete no povo” (sic), criticava um usuário. Segundo outro comentarista: “Aécio acorda vc (sic) não acha que é somente contra o PT né se liga (sic), vc (sic) fez o que pelo Brasil? Neto de político, playboy, nunca tomou banho de balde, vem com hipocrisia”.

Quanto à incidência *apoio dos usuários simpatizantes do PSDB aos protestos*, 21% dos comentários no domínio temático em foco expressaram-se de maneira muito próxima à afirmação que segue: “Realmente, precisa alguém levantar a bandeira sair às ruas (...) fora pt, fora dilma, nem pensar lula” (sic), era o que se questionava, em comentário feito em uma postagem de 24/6. Habitualmente, os *ciberativistas psdebistas* atribuíram como significado das jornadas um descontentamento com o PT.

A análise indica uma estreita proximidade entre os usuários adeptos do PSDB com o comportamento e as avaliações veiculadas pelo partido, em dois aspectos singulares: em primeiro lugar, com o padrão temporal das postagens sobre as manifestações. Ambos tenderam a opinar a partir de 17 de junho. Em segundo, denotavam substantivas sintonias no que concerne ao distanciamento em face de método democrático da participação popular, que ultrapassasse a barreira do voto. Por fim, um renitente antipetismo foi saliente. Tradução dessa relação de reciprocidade é perceptível na análise dos comentários à resposta oferecida pelo governo federal à “voz rouca” das ruas: o plebiscito visando à reforma política. Como vimos, uma expressão da democracia participativa questionada pelo partido. Para múltiplos usuários identificados com o PSDB, a proposta era concebida como uma manifestação política “golpista”, da parte do governo federal e do PT. Frequentemente vinculada às experiências políticas de países como Venezuela, Bolívia e Cuba. Por conseguinte, conforme significado conferido por um usuário, em postagem de 28/6/2013: “Lembro-me que o estopim do que aconteceu na Venezuela foi a desmoralização do Legislativo”. Nas palavras tecidas por outro, na mesma data: “é golpe comunista vamos virar uma bolívia (sic)”.

Considerações finais

Uma das evidências sobre as jornadas de junho de 2013 é que elas repercutiram as limitações da democracia representativa brasileira. Os apelos, feitos pelos jovens, à participação cidadã ampliada nos processos decisórios sugerem a necessidade de aperfeiçoamento das instituições democrático-representativas, contemplando a criação, assim como o acionamento de princípio constitucional já previsto, de

mecanismos de participação que transcendam aos limites do voto. Ademais, a capacidade autônoma de produção e de ressignificação das informações, a dilatação dos circuitos de deliberação e de comunicação, por intermédio das plataformas digitais, constituiu prática recorrente nas experiências dos jovens *ciberativistas* das jornadas, em consonância com que o tem ocorrido em outras latitudes. Guardam um substantivo potencial politicamente inovador.

Exclusivamente no que compete ao estudo de caso, apoiando-nos em um recorte delimitado de análise, é plausível afirmar que o PT e o PSDB demonstraram expressiva representatividade. Isso no sentido em que as suas *webpáginas* no Facebook revelaram elevado grau de circularidade de atitudes e de esquemas de percepção do mundo, junto aos usuários aderentes. Todavia, se colocados em comparação aos preceitos políticos esposados pelos jovens *ciberativistas* durante as jornadas – que sinalizaram, em parte, para um possível horizonte político futuro –, é difícil deixar de acentuar que o PT e, sobretudo, o PSDB, assim como a maioria dos usuários das *webpáginas* de ambos os partidos, denotavam razoável distância da concepção democrática que norteou a juventude protagônica das jornadas. Revelaram estranhamento e hesitação em face das mobilizações cidadãs nas ruas. Um padrão comportamental distinto do que foi apresentado pela *webpágina* do PSOL. Ela veiculou uma série de publicações durante o período, notadamente consoantes ao imaginário e às ações encetadas pelos manifestantes. Guardou expressiva familiaridade com o ideal da democracia participativa. Entretanto, a tímida interlocução dos usuários na *webpágina* do PSOL, assim como o escasso número potencial de seguidores, deixam entrever não poucos obstáculos interpostos ao partido, no que tange ao alcance de identificação e de representatividade política junto aos cidadãos.

Em relação aos perfis das *webpáginas* partidárias, não é ocioso assinalar que prevaleceu um padrão verticalizado de comunicação. Visaram à divulgação das ideias e iniciativas dos partidos. Apresentaram um reforço de esquemas de percepção e de comportamentos políticos do mundo “físico”. Por outro lado, demonstraram relevância os usos das *webpáginas* pelos usuários interessados no questionamento das (in)ações e das perspectivas dos partidos. Só o tempo permitirá avaliar se a prática dos registros das críticas, e os eventuais constrangimentos públicos decorrentes, tenderão a repercutir e, circunstancialmente, incidir nas orientações e propostas políticas dos partidos.

Roberto Bitencourt da Silva

Professor da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro
(FAETERJ-RIO/FAETEC/SECT).
betobitencourt@hotmail.com

Recebido em dezembro de 2013

Aceito em março de 2014.

Notas

1. Em nossos dias, mergulhada em ponderável erosão da sua força persuasiva e coletivamente existencial.
2. O delineamento conceitual formulado por Bobbio (2001) toma o preceito da igualdade como critério maior para a definição do tradicional alinhamento político. Quanto mais próximos dos reclamos de sabor igualitário, mais à esquerda encontram-se os sujeitos políticos, individuais e coletivos. Quanto mais distantes, mais à direita.
3. G1. *Facebook* no Brasil cresce para 67 milhões, diz executivo, 19/03/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/03/facebook-no-brasil-cresce-para-67-milhoes-de-usuarios-diz-executivo.html> . Acesso em: 22/08/2013.
4. A seleção do material publicado pelas *webmídias* do PT, do PSOL e do PSDB no Facebook foi realizada no intervalo dos dias 6 a 8 de agosto de 2013.
5. Importa, contudo, ponderar que o acento em tal capacidade inventiva não desconsidera as assimétricas relações de poder que caracterizam o fenômeno da recepção dos bens simbólicos.
6. A página eletrônica do Facebook impõe uma dificuldade à análise: em um intervalo inferior a dois meses ao marco temporal de interesse, boa parte das notícias cotidianas do passado, na página virtual (a Linha do Tempo), tende a ficar inacessível ao usuário. Como alternativa, além da visualização da própria página na temporalidade de interesse do estudioso, também os ícones Vídeos e Fotos podem ser explorados, já que, habitualmente, constam como publicações associadas de imagem, vídeo e texto. Utilizando os aludidos recursos de verificação e seleção das fontes, entre 1/06/2013 e 30/06/2013, encontramos um total de 48 publicações na página do PT no Facebook. Desse universo de postagens, selecionamos 22. Quanto ao PSDB, 98 publicações foram encontradas em sua *webpágina*, das quais mobilizamos 36. No tocante ao PSOL foram identificadas 52 postagens, contando com a análise de 28. Os percentuais relativos ao material analisado giram em torno de 37% (PSDB), 46% (PT) e 54% (PSOL) das publicações disponíveis nas páginas eletrônicas, não deixando de impor limitações ao estudo.
7. As informações podem ser obtidas com um clique na opção Curtir, na parte superior da página do partido. A respeito, as informações e os números que seguem foram verificados no acesso realizado em 8/8/2013 e as páginas institucionais dos partidos encontram-se com os seus endereços eletrônicos disponibilizados ao final do trabalho.
8. À guisa de comparação, o ex-presidente Lula (PT/SP) detém mais de 330 mil seguidores em sua página pessoal. Quanto ao PSOL, este denota números muito inferiores à página do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL/RJ), que supera a casa dos 60.000 usuários no Facebook. Pertinente ao PSDB, Geraldo Alckmin (PSDB/SP), possui mais de 44.000 seguidores. Os números das páginas pessoais das lideranças políticas foram obtidos em acesso realizado em 15/8/2013 e os seus endereços eletrônicos encontram-se relacionados no final do trabalho.
9. A única notícia veiculada antes do dia 17 de junho – e publicada em 14/6 – dizia respeito a uma manifestação favorável ao governador estadual do Acre, Tião Viana

- (PT). A informação não guardava qualquer relação com as jornadas.
10. Instituto Teotônio Vilela. Por um Brasil diferente, 17/06/2013. Disponível em: <http://www.itv.org.br/web/noticia.aspx?c=6273>. Acesso em: 7/8/2013.
11. Instituto Teotônio Vilela. Os brioches venezuelanos de Dilma, 25/06/2013. Disponível em: <http://www.itv.org.br/web/noticia.aspx?c=7269>. Acesso em: 14/8/2013.
12. Em números absolutos, com base no total de comentários registrados pelos usuários nas *webpáginas* dos partidos, em junho de 2013, analisamos e selecionamos 1106 comentários na *webpágina* do PSDB, 443 na do PT e escassos 28 na página do PSOL no *Facebook*.
13. Consultar <https://www.facebook.com/milontemer?fref=ts> e <https://www.facebook.com/MarceloFreixoPsol?fref=ts>.

Referências bibliográficas

- BOBBIO, N. *Direita e esquerda*. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2001.
- BURKE, E. *Reflexões sobre a revolução na França*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- CARREIRO, R. O espaço local e o estudo dos ganhos democráticos via participação política online. In: *Têoria & pesquisa*. São Carlos: UFSCar, v. 21, n. 2, jul./dez. 2012. p. 108-122.
- CARVALHO, A. C. *A rede da democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Niterói: Nitpress: EdUFF, 2010.
- CASTELLS, M. *Comunicación y poder*. Madri: Alianza Editorial, 2009.
- CASTRO, M. C. P. S. Dilemas para a constituição do espaço público brasileiro: controvérsias midiáticas. In: MAIA, R. e CASTRO, M. C. P. S (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 139-152.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer*. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CHARAUDEAU, P. La argumentación persuasiva. El ejemplo del discurso político. In: SHIRO, M. et al. (Orgs.). *Haciendo discurso. Homenaje a Adriana Bolívar*. Caracas: Universidad Central de Caracas, 2009.
- CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. *Diccionario de análisis do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, 11(5), 1991, p. 173-191.
- DAIBERT, P. e FERREIRA, J. ¿Dónde estás? En búsqueda de lo tercero en el terreno de índices e íconos en el estudio de un conflicto inexplorado: el caso sharek.aljazzera.com. In: CARLÓN, M. e NETO, A. F. (Orgs.). *Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación*. Buenos Aires: La Crujía, 2012. p. 81-96.
- DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EdUSP, 2013.
- DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FONSECA, C. “O povo unido avança sem partidos”: dilemas atuais do sistema político chileno. In: *Política Externa*: São Paulo, Paz e Terra: Unesp: USP, v. 20, n. 3, dez./jan./fev. 2011-2012, p. 159-172.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

KANG, J. A mídia e a crise da democracia: repensando a política estética. In: *Novos Estudos*, São Paulo: Cebrap, 93, jul. 2012, p. 61-79.

LEFEBVRE, R. *Les premiers socialistes: la fin du parti militant*. Paris: Raisons D'Agir, 2011.

LIMA, V. A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 89-94.

MAINWARING, S. P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MHENNI, L. B. *La revolución de la dignidad*. Barcelona: Destino, 2011.

NOGUEIRA, M. A. *Em defesa da política*. São Paulo: Senac, 2004.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partido*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SECCO, L. As jornadas de junho. In: *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SLIMIVICH, A. El Facebook de los gobernantes. El caso de Cristina Fernández de Kirchner y de Mauricio Macri. In: CARLÓN, M. e NETO, A. F. (Orgs.). *Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación*. Buenos Aires: La Crujía, 2012. p. 137-154.

SILVA, R. B. O PTB (1945-1964): suas tendências políticas internas e a hegemonia do diretório sulriograndense. In: *Perseu: história, memória e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n.7, ano 5, nov. 2011, p. 175-198.

SILVA, R. B. e COSTA, W. A. S. O conflito social na *Folha de S. Paulo* – os sentidos de “baderna” na coluna Gilberto Dimenstein. In: *Verso & Reverso*, São Leopoldo-RS: Unisinos, XXIV (57), set.-dez. 2010, p. 125-133.

SIMONDON, G. *El modo de existencia de los objetos técnicos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

TORET, J. Um olhar tecnopolítico sobre os primeiros dias do #15M. In: COCCO, G. e ALBAGLI, S. *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 138-150.

ZIZEK, S. O violento silêncio de um novo começo. In: *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 15-25.

Endereços eletrônicas

G1. *Facebook no Brasil cresce para 67 milhões, diz executivo*, 19/03/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/03/facebook-no-brasil-cresce-para-67-milhoes-de-usuarios-diz-executivo.html>. Acesso em: 22/08/2013.

Instituto Teotônio Vilela. *Por um Brasil diferente*, 17/06/2013. Disponível em: <http://www.itv.org.br/web/noticia.aspx?c=6273>. Acesso em: 07/08/2013.

Instituto Teotônio Vilela. *Os brioches venezuelanos de Dilma*, 25/06/2013. Disponível em: <http://www.itv.org.br/web/noticia.aspx?c=7269>. Acesso em: 14/08/2013.

<https://www.facebook.com/geraldoalckmin>

<https://www.facebook.com/Lula>

<https://www.facebook.com/mfreixo>

<https://www.facebook.com/milontemer?fref=ts>

<https://www.facebook.com/pages/PSOL-Partido-Socialismo-e-Liberdade/139591896063648?fref=ts>

<https://www.facebook.com/pt.brasil?fref=ts>

<https://www.facebook.com/Rede45?fref=ts>

Resumo

O artigo tem como objeto de análise as páginas eletrônicas do Partido dos Trabalhadores, do Partido da Social Democracia Brasileira e do Partido Socialismo e Liberdade, no Facebook. Guarda o propósito de identificar os comportamentos, os perfis das abordagens e os significados atribuídos nas *webpáginas* – pelos partidos e os seus usuários – às jornadas de junho de 2013. Visa ainda analisar o posicionamento dos partidos em relação à dimensão participativa da democracia, reivindicada pelas manifestações.

Palavras-chave

Ciberativismo. Partidos políticos. Democracia.

Résumé

Cet article a comme objet la analyse du site Internet du Parti des Travailleurs, du Parti de la Social-Démocratie Brésilienne et Parti Socialisme et Liberté, sur Facebook. Gardez le but d'identifier les comportements, les profils des approches et les significations attribuées dans les pages Web – par les parties et leurs utilisateurs – les journées de juin 2013. Vise également à analyser la position des parties en ce qui concerne la dimension participative de la démocratie, selon les manifestations.

Mots-clés

Cyberactivisme. Les partis politiques. La démocratie.